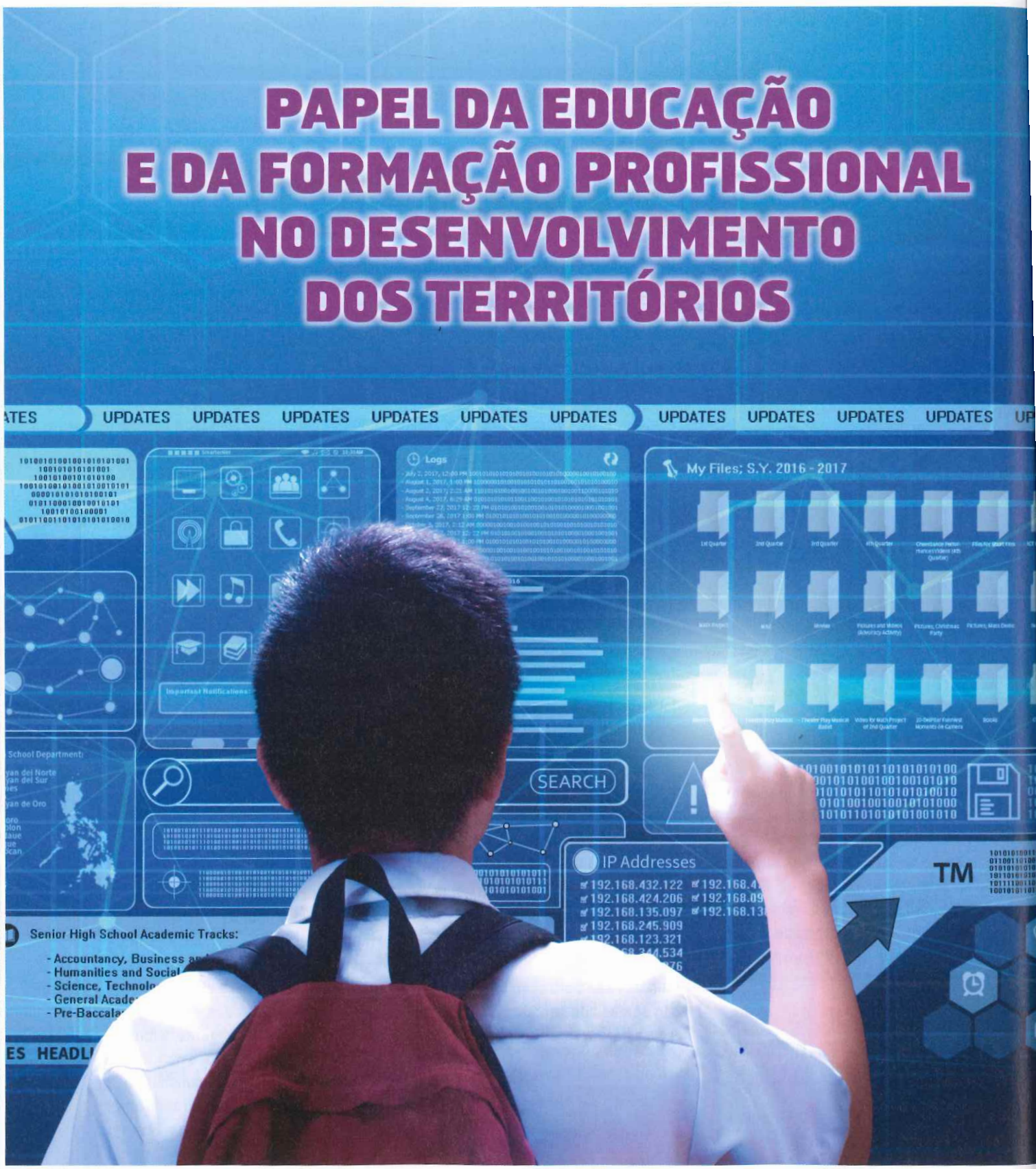
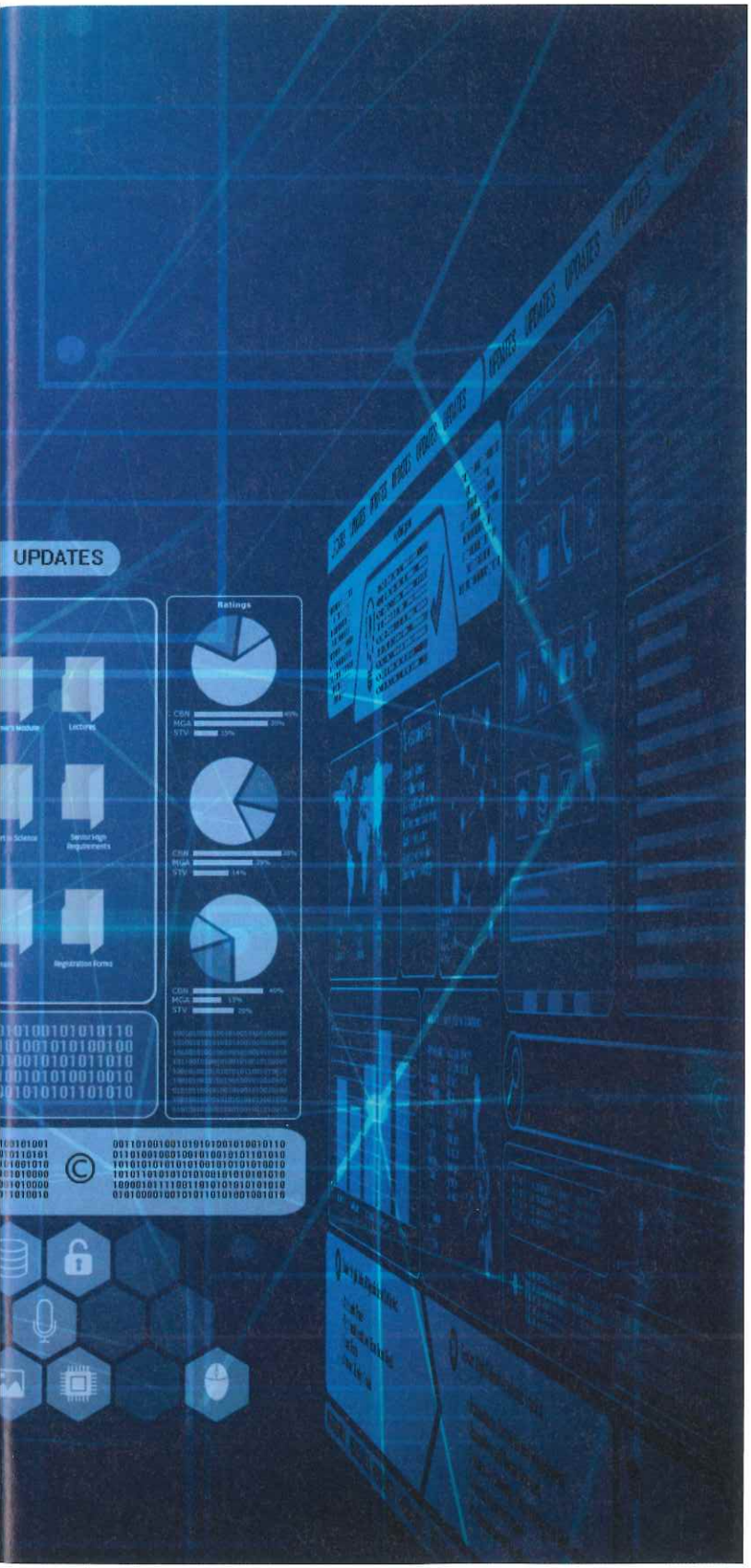
PAPEL DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS





AUTOR: **António Oliveira das Neves**, Economista (ISEG), Pós-graduado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos (ISCTE) e Mestre em Planeamento Regional e Local (Faculdade de Letras) **FOTOS:** **Shutterstock**

As relações entre educação/formação e desenvolvimento dos territórios têm motivado investigação, avaliação e fundamentação/programação de medidas de política orientadas pela preocupação de potenciar os recursos e a atratividade dos territórios, sobretudo, dos menos centrais ou periféricos.

Na primeira metade dos anos noventa do século XX, o IEFP esteve ligado à iniciativa de realização ou de divulgação de diversos estudos que cruzaram Emprego/Formação/Desenvolvimento regional[1], dois dos quais analisaram as condições de mobilização de recursos humanos qualificados para grandes projetos (Ford-Volkswagen/AutoEuropa e Alqueva), em contextos territoriais com dotações de recursos distintos (demográficos, socioeconómicos, formativos, etc.).

Pese as quase três décadas volvidas sobre estes trabalhos, persiste um conjunto de alertas a ter presente na abordagem de medidas de política pública e na definição das estratégias das organizações empregadoras nos territórios, nomeadamente:

- em territórios com menor potencial de desenvolvimento, o papel da educação/formação não é redutível ao binómio emprego/qualificações, antes deve ser ancorado em estratégias mais globais de capacitação e reforço do capital social territorial, relevando os fatores contextuais (serviços de apoio à atividade económica, amenidades urbano-culturais, oferta de habitação e serviços de proximidade em resposta à procura das famílias);

1 *Disparidades Regionais de Formação, Coleção Estudos* - n.º 8; *Emprego, Formação e Desenvolvimento - Região Alentejo, Coleção Estudos* -n.º 16; e *Impacto do Projeto Ford-Volkswagen sobre o Emprego na área da Península de Setúbal*, DRLVT/IEFP.

- as dinâmicas de contratação de mão de obra e de competências são mediadas por estratégias empresariais nas quais predominam soluções heterogéneas, frequentemente supraterritoriais, que abrangem estratégias adaptativas dos atores formativos que se, por um lado, não podem ignorar os perfis de procura empresarial, por outro, não podem focar-se de forma exclusiva na diversidade das organizações empregadoras;
- a construção de ofertas de educação e formação nos territórios tem de balancear elementos de conhecimento e prospetiva das qualificações, de estruturação e funcionamento dos sistemas regionais de emprego e dos mecanismos de política pública a mobilizar proativamente para a consolidação das ofertas.

As tendências de evolução demográfica patentes nos resultados preliminares do último recenseamento da população (INE, 2021), reforçam os constrangimentos de *stock* (que são também de vitalidade) da demografia em inúmeros territórios que tornam mais impressivas as condicionantes de mão de obra para a instalação de projetos de investimento económico-produtivo nesses territórios, em termos absolutos e relativos (de oferta de qualificações), mas afetam também a viabilidade de missão e atividades de unidades formativas que se confrontam com dificuldades de recrutamento de formandos.

As condicionantes descritas são ampliadas pelas restrições de mobilidade e transportes existentes, de forma mais impressiva nos territórios de baixa densidade, as quais limitam a mobilidade no acesso ao emprego e à frequência de oportunidades de educação e formação profissional.

Estes elementos objetivos reforçam a necessidade de uma abordagem do papel da educação/formação profissional no desenvolvimento dos territórios numa perspetiva mais vasta, de base regional, que proporcione um mínimo de massa crítica de recursos e alianças de iniciativa indispensável para viabilizar respostas territorialmente mais robustas.

É necessário promover uma abordagem do papel da educação/formação profissional no desenvolvimento dos territórios numa perspetiva mais vasta, de base regional, que proporcione um mínimo de massa crítica de recursos e alianças de iniciativa indispensável para viabilizar respostas territorialmente mais robustas.

Estratégias Regionais de Especialização Inteligente

Na perspetiva dos territórios inteligentes e criativos, têm vindo a ser ensaiados vários formatos sob financiamento de diferentes instrumentos das políticas públicas de inovação e coesão territorial, beneficiando também de iniciativas/apoio por parte dos municípios, com destaque para os ninhos de empresas, as incubadoras, as cidades inteligentes, os espaços de empreendedorismo em meio rural e de *coworking*, as redes de trabalho colaborativo e os laboratórios colaborativos com expressão sectorial.

A transição digital tenderá a impulsionar estas expressões de modernização tecnológica alimentadas pela fácil apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação, através da democratização de acesso e utilização facilitada pelo investimento nas redes digitais, veiculado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Este é um movimento irreversível a que se junta a expansão das competências digitais com relevância crescente nas estratégias de formação seguindo as Prioridades de Ação da "Agenda de Competências para a Europa "(Comissão Europeia, 2020) que contemplam "Competências para acompanhar as transições ecológica e digital".

Esta será certamente uma dimensão estruturante do papel da educação e formação profissional no desenvolvimento dos territórios que, numa ótica de aprendizagem ao longo da vida (das competências essenciais às competências mais elevadas e complexas), tem vantagem em capitalizar abordagens de fundo, designadamente no quadro das Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (EREI).

A tabela da página seguinte sistematiza um conjunto de elementos estruturantes das diversas EREI recentemente elaboradas sob coordenação das CCDR, em abordagens de matriz participativa dinamizadas no contexto dos respetivos sistemas regionais de inovação.

O panorama de domínios prioritários regionais, cruzando dimensões de especialização mais notória e domínios transversais heterogéneos em

termos de sectores de aplicação, apontam para escolhas em que predominam "lógicas de modernização e de transição em atividades consolidadas, mas também de diversificação". As escolhas identificadas tendem a expressar dotações regionais de ativos de conhecimento e dinâmicas empresariais com perspetivas de mercado e expressam abordagens de *policy-mix* em que o investimento na qualificação dos recursos humanos está presente nas propostas, ainda que com diferentes ponderações, de que são exemplo as referências-chave adiante sintetizadas para as EREI Norte e Alentejo.

- **Norte:**
  Adequação das ofertas educativas, na escala regional e sub-regional, numa lógica de resposta à procura, com base no levantamento participado das qualificações programadas pelo mercado de trabalho; Requalificação e reorientação profissionais respondendo a desajustamentos de qualificação de parte importante da população ativa mais escolarizada; Reforço do contributo da rede de ensino superior para o desenvolvimento regional equilibrado (crescimento de frequência da formação superior, via diversificação da oferta, reforço da formação contínua e pós-graduações, com discriminação positiva da frequência das Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas em territórios de baixa densidade, e internacionalização do sistema através da mobilidade e integração em redes europeias e mundial); e Promoção de formação para as competências

Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (EREI), segundo a articulação multinível de Domínios Prioritários

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS	EREI NORTE	EREI CENTRO	EREI AML	EREI ALENTEJO	EREI ALGARVE
Economia 4.0 e KET Digitais	Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico	Materiais, *Tooling* e Tecnologias de Produção Tecnologias Digitais e Espaço		Digitalização da Economia	TIC e Indústrias Culturais e Criativas
Materiais e Tecnologias Avançadas de Produção	Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico	Materiais, *Tooling* e Tecnologias de produção		Bioeconomia Sustentável	
Economia Circular, Transição Energética e Descarbonização	Mobilidade Sustentável e Transição Energética	Recursos Naturais e Bioeconomia Energia e Clima	Mobilidade e Transportes	Circularidade da Economia Energia e Mobilidade Sustentáveis	Energias Renováveis
Saúde, Biotecnologia e Alimentação	Ciências da Vida e Saúde Sistemas Agroambientais e Alimentação	Saúde e Bem-estar Recursos Naturais e Bioeconomia	Investigação, Tecnologias e Serviços de Saúde	Inovação Social e Cidadania	Saúde, Bem-estar e Ciências da Vida Agroalimentar, Agrotransformação, Florestas e Biotecnologia Verde
Território, Criatividade e Marcas	Criatividade, Moda e Habitats Ativos Territoriais e Serviços do Turismo	Turismo e Criatividade	Meios Criativos e Indústrias Culturais Turismo e Hospitalidade	Indústrias Culturais e Criativas Serviços de Turismo e Hospitalidade Hospitalidade	TIC e Indústrias Culturais e Criativas Turismo e Lazer
Grandes Ativos Naturais e Emergentes – Mar	Recursos e Economia do Mar	Recursos Naturais e Bioeconomia	Conhecimento, Prospeção e Valorização de Recursos Marinhos		Mar, Pesca e Aquicultura
Grandes Ativos Naturais e Emergentes -Tecnologias Espaciais e de Observação da Terra	Sistemas Agroambientais e Alimentação	Tecnologias Digitais e Espaço Recursos Naturais e Bioeconomia	Mobilidade e Transportes	Bioeconomia Sustentável	Agroalimentar, Agrotransformação, Florestas e Biotecnologia Verde

Fonte: Estudo *Transferência de Tecnologia em Domínios Estratégicos Nacionais*, Agência Nacional de Inovação/Quaternaire Portugal, maio de 2021.

digitais (adaptado de *Norte 2030 – Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o período de programação 2021-27 das Políticas da União Europeia*, CCDR Norte).

- **Alentejo:**
  Investimento regional em ações de I&DT que permitam a construção de conhecimento/soluções aplicadas e a criação de ecossistemas digitais e criativos abertos, propícios à atração de talentos e à criação de emprego qualificado; Investimento regional em I&DT e em formação/qualificação/literacia digital (ao longo da vida) que sejam capazes de produzir efeitos positivos na evolução das qualificações a nível regional, na diminuição das desigualdades no acesso ao emprego, na evolução da produção de inovação aplicada e na evolução do investimento empresarial em recursos humanos altamente qualificados; e Constituição de redes com ofertas formativas de nível superior (Universidade e Politécnicos, de iniciativa autónoma e/ou em rede com parceiros exteriores à Região) dirigidas à formação superior a três níveis (inicial, avançada e ao longo da vida), privilegiando a organização de respostas dinâmicas às necessidades de competências das empresas e de outras entidades (autarquias e associações), no âmbito dos domínios prioritários da EREI Alentejo (adaptado de *EREI e Estratégia Regional Alentejo 2030*, CCDR Alentejo).

Concluindo

O posicionamento do papel da educação e formação no desenvolvimento dos territórios na rota de relação com a especialização inteligente tem riscos na medida em que "o estado da arte" da formação de competências, enquadrada pelos avanços de conhecimento apropriados pelos diversos *clusters* de competitividade, é muito desigual nas suas expressões territorializadas.

No entanto, o balanço de algumas experiências no patamar do ensino superior e politécnico, de unidades do serviço público de emprego/formação e de entidades formadoras de ponta, tende a desenhar "alguma ambição", nomeadamente em torno de duas vertentes de atuação contempladas nas EREI Norte e Alentejo:

- Emergência e desenvolvimento previsível de processos de reconversão industrial e industrialização nova que necessitam de competências de base técnica e tecnológica, segundo fileiras de formação estruturadas em sucessivos níveis de qualificação associados ao ensino profissional, à especialização tecnológica, e à formação pós-graduada e avançada;
- Enriquecimento dos sistemas de emprego dos domínios prioritários de especialização inteligente, com base em perfis profissionais que pressupõem a mobilização de recursos-humanos altamente qualificados, com formação superior avançada, mas também com aprendizagens tecnológicas trabalhadas na rede de centros de formação profissional e em novas engenharias formativas que vão ligando as Instituições de Ensino Superior a esses Centros e unidades formativas, por exemplo, explorando as oportunidades criadas pelas TIC e a revolução digital.

Os resultados de algumas avaliações (por exemplo, *Contributo dos FEEI para a Formação Avançada*, 2018, Secretaria-Geral da Educação e Ciência) evidenciam que o mercado de trabalho empresarial não reconhece, ainda, o valor acrescentado resultante da contratação de recursos humanos altamente qualificados condicionando, assim, as dinâmicas de recrutamento de doutorados/pós-doutorados, fruto do desconhecimento das competências destes e do menor alinhamento entre as atividades de investigação e a sua valorização económica.

Esta última referência remete para uma constatação presente nos resultados de vários estudos e *outputs* de observatórios que dão conta de que o aumento das qualificações intermédias (via ensino profissional e especialização tecnológica), superiores e avançadas não está a ser acompanhado pelo *upgrade* das estruturas de emprego.

Desta constatação resulta uma tripla necessidade: fortalecer os ecossistemas empresariais de base territorial; dotar as ofertas de educação e formação de dispositivos de antecipação de necessidades de qualificação (ampliando diversas experiências levadas a cabo e/ou em curso, a nível sub-regional); e generalizar a utilização de dispositivos de avaliação da educação e formação profissional, de modo a recolher sistematicamente evidências de resultados e impactos nos formandos e nas organizações empregadoras, e a clarificar as dimensões de retorno do investimento nas qualificações académicas e profissionais.